Revista Diversidade e Educação

# *DISCUSSÕES DE ESTUDANTES E DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO PRECONCEITO DE GÊNERO NA SOCIEDADE E NA ESCOLA*

# *DISCUSIONES DE ESTUDIANTES Y PROFESORES EN UNA ESCUELA PÚBLICA SOBRE LA REPRESENTACIÓN DE LOS PREJUICIOS DE GÉNERO EN LA SOCIEDAD Y EN LA ESCUELA*

# *DISCUSSIONS OF STUDENTS AND TEACHERS AT A PUBLIC SCHOOL ABOUT THE REPRESENTATION OF GENDER PREJUDICE IN SOCIETY AND AT SCHOOL*

*Auricélia de Aguiar Silva* [1]

*Dimas dos Reis Ribeiro* [2]

**RESUMO**

O presente artigo aborda sobre a representação do preconceito de gênero que permeia a sociedade e adentra o campo escolar, de forma que buscamos conhecer a visão de estudantes e docentes de uma escola pública. Este estudo tem por objetivo analisar as percepções de estudantes e docentes de uma escola pública, em relação à representação do preconceito de gênero no meio escolar. A metodologia foi qualitativa, onde utilizamos grupo focal com estudantes e entrevista semiestruturada com docentes. As discussões demostraram que o preconceito de gênero apesar de ser tido como errado é tratado como algo natural dentro do espaço escolar, justamente por fazer parte de redes sociais de convivência, como a própria escola. O estudo mostrou que o entendimento sobre a representação do preconceito de gênero, na escola de pesquisa, necessita de um olhar diferenciado para que a temática não seja tratada de forma neutra no espaço escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação de **g**ênero. Preconceito. Estudante. Docente.

**RESUMEN**

Este artículo aborda la representación del prejuicio de género que permea la sociedad e ingresa al entorno educativo. Buscamos comprender las perspectivas de estudiantes y docentes en una escuela pública. Este estudio tiene como objetivo analizar las percepciones de estudiantes y docentes en una escuela pública con respecto a la

[1] Mestrado em Educação. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Maranhão, Brasil.

[2] Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, Maranhão, Brasil.

representación del prejuicio de género en el entorno escolar. La metodología utilizada fue cualitativa, mediante grupos focales con estudiantes y entrevistas semiestructuradas con docentes. Las discusiones demostraron que el prejuicio de género, a pesar de considerarse incorrecto, se trata como algo natural dentro del entorno escolar, precisamente porque forma parte de redes sociales, como la propia escuela. El estudio mostró que comprender la representación del prejuicio de género en la escuela de investigación requiere una perspectiva diferenciada para garantizar que el tema no se trate de manera neutral dentro de la escuela.
**PALABRAS-CLAVE:** Representación de género. Prejuicio. Estudiante. Profesor.

**ABSTRACT**
This article addresses the representation of gender bias that permeates society and enters the educational environment. We seek to understand the perspectives of students and teachers at a public school. This study aims to analyze the perceptions of students and teachers at a public school regarding the representation of gender bias in the school environment. The methodology used was qualitative, using focus groups with students and semi-structured interviews with teachers. The discussions demonstrated that gender bias, despite being considered wrong, is treated as something natural within the school environment, precisely because it is part of social networks, such as the school itself. The study showed that understanding the representation of gender bias in the research school requires a differentiated perspective to ensure the topic is not treated neutrally within the school.
**KEYWORDS:** Gender representation. Prejudice. Student. Teacher.

* * *

## Introdução

Esse estudo é proveniente de parte de uma pesquisa de mestrado que aborda sobre gênero e sexualidade. Nesse sentido, buscamos discutir sobre a representação do preconceito de gênero presentes na sociedade e na escola a partir da visão de estudantes e docentes, partindo do pressuposto que são muitas as reflexões que envolvem a discussão de gênero mediante as representações sociais presentes no meio escolar. Assim, podemos refletir que a escola é um espaço privilegiado por sua diversidade sociocultural e pelas diferentes representações que a compõe.

Por a escola ser um ambiente de representação individual e coletiva que as formas elementares de convivência se constroem em uma determinada realidade, para que eles ou elas possam exprimir coletivamente suas representações subjetivas, entre elas a de gênero. Assim, trazemos como objetivo analisar as percepções de estudantes e docentes de uma escola pública, em relação à representação do preconceito de gênero no meio escolar.

Para aprofundamento da discussão, se fizeram necessários os seguintes objetivos específicos, tais como identificar a percepção social de estudantes sobre a representação do preconceito de gênero. Assim, como compreender o entendimento de professoras/es sobre a representação do preconceito de gênero no campo escolar.

A metodologia utilizada foi qualitativa e como procedimentos metodológicos utilizamos o grupo focal com nove estudantes e entrevista semiestruturada com três professoras e um professor de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada na cidade de Imperatriz, Maranhão. A cidade de Imperatriz é a segunda maior cidade do estado, se localiza a margem direita do Rio Tocantins e, é atravessada pela Rodovia Bélem-Brasilia. O município se destaca pela produção energética, comercial e econômico do Maranhão. Foi dentro desse universo que desenvolvemos o grupo focal com os/as estudantes, sendo esse autorizado por seus responsáveis e pela direção da escola, da mesma forma as professoras e professor assinaram o termo de consentimento.

Nesse sentido, buscamos argumentar sobre o aspecto histórico e social de gênero com a finalidade de traçar a representação do seu conceito. Para assim, discutimos sobre a percepção de estudantes em relação à visão social de gênero. Também, debatemos sobre o entendimento de docentes sobre a identidade de gênero no meio escolar, assim como essa se representa na escola.

Para tanto, trazemos a compreensão que as discussões sobre a representação do preconceito de gênero devem buscar um entendimento que prepondere as concepções empíricas, buscando conceitos científicos que possibilite a ampliação dos debates na escola. Destacamos que, após as conclusões da pesquisa, a instituição objeto de estudo teve retorno dos resultados e de um projeto pedagógico que trata sobre a representação de gênero que, por sua vez, puderam auxiliar em enriquecimento da ação pedagógica e direcionamento de um novo olhar sobre a representação social que a compõe.

## Discussões históricas e sociais sobre gênero

Para abordarmos as representações de gênero no ambiente escolar, é necessário, primeiramente, nos apoiarmos no percurso histórico que envolve os conceitos de gênero, visto que estes se encontram em constante transição por sua situação histórica e social. É nessa perspectiva que não podemos discorrer sobre o conceito de gênero sem ligá-lo à história contemporânea dos movimentos feministas.

Nesse sentido, podemos refletir que os estudos sobre o conceito de gênero envolvem uma complexidade de ideias que consolidam as diferenças e a desigualdade de valor entre gêneros distintos em um processo histórico e cultural. Dessa forma, a interpretação do conceito de gênero está ligada ao desenvolvimento dos movimentos sociais e estudos feministas por compreenderem o momento e o significado de sua incorporação na atuação de ações individuais ou coletivas da representação feminina na História. Nesse aspecto, Guacira Lopes Louro (2014) conta que os movimentos feministas podem ser interpretados em dois momentos, em primeira e segunda onda. Na primeira onda, desenvolveu-se a luta pela igualdade, contra a subordinação das mulheres ao casamento e pelo direito à propriedade, uma luta cheia de significados e valorização do ser mulher. Outros importantes marcadores foram o direito ao voto da mulher e a defesa do direito sobre o próprio corpo e sobre o controle reprodutivo. A luta pelos direitos femininos foi marcada por uma representação de violência discriminatória, que de uma situação subjugada surge não somente em busca por direitos, mas pela liberdade de ser mulher.

Foi no século XIX, especificamente no Ocidente, que o feminismo foi referido como um movimento organizado, entretanto ele só foi visto, realmente, como organizado no início do século XX com movimento "sufragista[3]" que buscava estender o direito ao voto para as mulheres, de modo que as manifestações contra a discriminação feminina se alastraram por vários países do Ocidente. De acordo com Louro (2014, p.19), a primeira onda estava ligada aos interesses de mulheres brancas de classe média com objetivos associados a reivindicações ligadas à "organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões".

A luta feminina por direitos não aconteceu de modo simultâneo. Segundo Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (2019), em cada lugar, o movimento se iniciou em um contexto e tempo divergente. Na Nova Zelândia, o movimento teve início em 1893; nos Estados Unidos, em 1919; e no Brasil, em 1932. A autora discute que o grande esforço da primeira onda foi refletir sobre a desconstrução das diversas formas de instituições e relações patriarcais que se mantinham e reproduziam as estratégias de dominação masculina. Esse patriarcado[4] fez com que as mulheres fossem deixadas em um lugar inferior ao dos homens.

[3] De acordo com Louro (2014), o movimento sufragista se iniciou no século XIX e consistia na reivindicação pela participação ativa das mulheres na política e na luta por direitos igualitários na sociedade.
[4] É uma forma de organização social em que predomina a autoridade paterna ou masculina.

De acordo com bell hooks[5] (2022), a não segregação no espaço acadêmico era outra reivindicação do movimento feminista, visto que eram raras as mulheres no campo científico. Assim, as mudanças na economia, o desemprego e a depressão econômica favoreceram a aceitação da noção de igualdade de gênero no mercado de trabalho. A entrada das mulheres na universidade, na política e no mundo científico é um ponto importante na contextualização que compunha as medidas de combate ao pensamento sexista, indo contra a naturalização do pensamento de subordinação feminina.

Para hooks (2022), a noção de liberdade da mulher não significa que os homens são inimigos, sendo o feminismo um movimento criado para acabar com a exploração sexista e a opressão. Em sua concepção, o termo sexismo indica em que ponto está à política feminista, pois, para compreender o feminismo, é necessário compreender o sexismo, deixando implícito que todas as ações sexistas são problemas de quem as perpetua, podendo ser mulher ou homem.

O primeiro momento do movimento feminista se caracterizou pela luta por afirmação da condição democrática de igualdade política, econômica e social entre os sexos e pela busca do fim da violência discriminatória entre mulher e homem, pois a forma como as mulheres eram percebidas na sociedade tornava-se um ato de agressão que vigorava o machismo social da época e que se perpetua em atitudes discriminatórias até os dias atuais. Entretanto, foi no desdobramento da segunda onda, na década de 1960, que se iniciaram as preocupações e questionamentos sobre o estabelecimento de direitos igualitários em um sistema patriarcal[6].

De acordo com Louro (2014), foi na segunda onda que se iniciaram as construções teóricas, com debates travados entre estudiosos e militantes. Os debates proporcionaram críticas que problematizaram o conceito de gênero. Os esforços teóricos resultaram em estudos direcionados às mulheres e à categoria feminina. Nas concepções de Louro (2014) e Joan Scott (2019), os estudos analisavam características da história de opressão e invisibilidade da mulher na sociedade, objetivando dá-lhe visibilidade no contexto social. Contudo, os/as pesquisadores/as traziam uma história da mulher separada da história do homem, de maneira a colocá-la em um universo independente. Conseguinte, pesquisadores/as do movimento feminista perceberam que se tornava necessário um olha coletivo na constituição do sujeito por meio das relações e representações que constroem

[5] A autora se identifica por pseudônimo, sendo este escrito com letra minúscula.
[6] O sistema patriarcal simboliza as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens dentro desse sistema.

de si mesmo, do outro e da sociedade. Essa compreensão estabeleceu a visão de que a mulher não pode ser entendida separada do homem na sociedade, na economia, na cultura, na educação e na política, uma vez que ela faz parte das relações estabelecidas em todas essas instâncias. Nesse sentido, o termo gênero contribui teoricamente como uma categoria de apreciação histórica que percebe a mulher como enunciação do feminino e o homem como enunciação do masculino por se constituírem em um contexto sociocultural e histórico, pois o que interessa para os estudos de gênero são as construções sociais, históricas e culturais determinadas sobre os aspectos biológicos.

Apesar das influências europeia e norte-americana, no Brasil as discussões do movimento feminista ganharam força em pleno governo militar, na década de 1970, primeiramente na classe média e, depois, ganhando força nas classes populares. Cyntia Andersen Sarti (2004) pondera que uma parte dos grupos feministas estava articulada aos movimentos marxistas, secreto na época, além de fortemente comprometido com a luta contra a ditadura militar.

A resistência das mulheres à ditadura contestou as relações de poder em todas as instâncias sociais, por articular as relações de gênero à estrutura de classe. A mulher passou a ser vista como uma questão conflituosa por não aceitar a naturalização das relações de poder existentes entre homem e mulher em todos os âmbitos sociais. A presença das mulheres na luta armada tornou-se uma transgressão ao que, à época, era designado como função da mulher na sociedade. Ao pegarem em armas e terem êxito, as mulheres foram igualadas aos homens, o que colocava em discussão assuntos sobre a preservação da virgindade e casamento, por ser uma forma de reconhecimento da igualdade feminina e masculina aos olhos da sociedade.

Recorremos aos estudos de Sarti (2004) para compreendermos que o comprometimento com a luta contra a imposição da ditadura permitiu que o movimento feminista no país adquirisse peculiaridades próprias. No Brasil, as principais características desse movimento ocasionaram marcadores de reivindicações regionais por melhorias nas estruturas urbanas e direitos de dignidade humana, de forma que, somente no final da década de 1980, o termo gênero foi utilizado no Brasil, porque o movimento feminista se difundiu e ganhou força no país.

Por sua vez, Scott (2019, p. 50) afirma que o uso do termo gênero parece ter surgido entre as feministas americanas na década de 1960, para “insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou diferença sexual”.

Assim Joan Scott proporciona uma discussão acerca do termo gênero por trazer visões diferenciadas vinculadas às definições normativas da feminilidade e por mulheres e homens poderem ser definidos em termos recíprocos de modo que não poderia existir uma compreensão por meio de um estudo separado. Outro ponto discutido pela autora é a relevância de se trabalhar tanto a história das mulheres como a dos homens para se compreender a importância dos gêneros e dos grupos de gênero em um processo histórico, pois a função principal é descobrir a magnitude dos papéis sociais e do simbolismo sexual em diferentes épocas e sociedades para encontrar o seu sentido com o fim de manter a ordem social para, assim, ocorrerem mudanças.

A partir dessas discussões, o conceito de gênero adquiriu visibilidade significativa em 1980, transformando o modo de se pensar o feminino e o masculino e ampliando as discussões e os caminhos que permeiam as reflexões, pois o conceito de gênero deve ser compreendido como uma construção social em movimento. Assim, devemos ver o termo gênero em uma coletividade, por referir-se ao que se convenciona como feminino e masculino, ou seja, suas variações e prováveis categorias.

Scott (2019), traz em seus estudos que o conceito de gênero surgiu dos estudos feministas a partir de compreensões e formulações políticas, econômicas e sociais das quais emergiu a formulação do termo. Nesse aspecto, o próprio conceito de gênero passa a exigir que se pense de modo plural, definindo as representações de mulheres e homens. Nessa percepção, Louro (2014, p. 27) observa "que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou movimentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem". Nesse sentido, a autora traz uma discussão intensa de ressignificação social e política em um contexto de transformação e a apropriação de um processo de disputa em que as desigualdades entre os sujeitos se caracterizam em diversos momentos e situações sociais, visto que as diversas formas de assumir as feminilidades e as masculinidades, assim como as instituições, os discursos e as redes de poder em geral formam categorias entre os gêneros de acordo com o contexto social e cultural dos diversos grupos que constituem a sociedade.

Assim, o conceito de gênero abriu portas para se questionar as próprias categorias de mulher e feminino e de homem e masculino por ser fruto de um processo em desconstrução social, já que o termo gênero surgiu para diferenciar o sexo enquanto determinismo biológico de gênero que se relaciona à constituição social, histórica e política do sujeito. Nesse sentido, o conceito de gênero passou a ser repensado dentro das

mudanças sociais e culturais de constituição da sociedade, abrindo espaço para novos debates.

Nesse sentido, a definição de sexualidade feminina ganhou centralidade no século XIX, pois foi nesse contexto que as diferenças entre os gêneros se tornaram culturalmente necessárias. De acordo com Guacira Lopes Louro (2022), essa definição tem influenciado os próprios conceitos estudados na atualidade, assim como as pressuposições sobre a acuidade das diferenças corporais, visto que o prazer sexual da mulher era direcionado apenas para a fecundação e reprodução, porque o corpo feminino era compreendido como inferior ao do homem. Contudo, foi apenas no século XIX que essa visão foi sendo substituída nos debates políticos e médicos, em um momento crítico na reformulação das relações de gênero por sugerir uma radical oposição entre a sexualidade feminina e a masculina e questionar a falta de sensação sexual da mulher por estar vinculada apenas ao ciclo de reprodução feminino. Com as reformulações das discussões, os corpos que eram vistos como parcialmente diferentes passaram a ser compreendidos em sua singularidade de mulher e homem.

> Mas no centro das definições emergentes estavam novas relações culturais e políticas, que eram o produto de mudanças no equilíbrio de poder entre homens e mulheres. A nova concepção da sexualidade feminina e da biologia reprodutiva tinha sido absolutamente central para o moderno discurso social e político, pois enfatizava a diferença e a divisão, em vez da similaridade e da complementaridade (Jeffrey Weeks, 2022, p. 72).

As discussões de Weeks (2022) propõem que os discursos sobre as diferenças permitam uma amplitude de respostas sociais e políticas diferentes e contrárias aos discursos já conhecidos, ainda que a nova concepção de sexualidade feminina não tivesse rompido em sua totalidade com a dominação ou com os padrões sexuais masculinos, mas apenas passado a evidenciar que ela não é inflexível. Assim, as mulheres ganharam espaços para determinarem suas próprias vidas, o que tem se ampliado desde o século XIX, com discussões e aceitação de relações sexuais não vinculadas ao casamento e ao comportamento procriativo.

Foram as discussões realizadas no século XIX que empreenderam um novo esforço para a definição das atividades heterossexuais ou homossexuais, entretanto devemos frisar que antes do século XIX essas atividades sexuais já existiam, mas foi nesse século que houve um novo esforço para redefinir a norma regulatória de

sexualidade. Esse processo de redefinição centrava-se em dois valores: o que era considerado normal e o que constituía uma anormalidade. Segundo (Weeks, 2022, p. 79), ambos estão "inextricavelmente ligados".

Weeks (2002) aponta que foi na tentativa de definir as singularidades do termo pervertido que se deu lugar à criação de termos descritivos como sadomasoquismo[7] e travestismo[8] relacionados à prática sexual, de modo que surgiram termos como homossexual e heterossexual. A definição dos termos caracterizou pontos importantes na chamada institucionalização da heterossexualidade nos séculos XIX e XX, tornando-se um empreendimento sexológico por definir peculiaridades do que constitui o feminino e o masculino como normais, analisando as características biológicas distintas de homem e mulher. De acordo com Weeks (2002), uma segunda tarefa da sexologia foi catalogar a infinidade de práticas sexuais, produzindo uma hierarquia de distinção entre o normal e o anormal. Nessa hierarquia, a escolha da heterossexualidade estava ligada ao órgão genital e outros deleites sexuais tidos como preliminares. A sexologia colocou os termos heterossexual e homossexual em debate no século XX, contudo suas histórias são muito mais complexas e não podem ser apresentadas como um simples reflexo da literatura sexológica. A definição do termo social de heterossexualidade como instituição é ela própria um fenômeno histórico por considerar, segundo Week (2022, p. 80), mudanças que prendem mais estreitamente a mulher ao homem, como:

> Mudanças na vida familiar e reconhecimento da diversidade nos padrões de vida doméstica [...]. Padrões cambiantes de emprego e uma maior integração das mulheres na força de trabalho assalariada [...]. Mudanças nos padrões de fertilidade e a utilização mais ampla de técnicas de controle de natalidade aborto, etc. [...]. Uma nova ênfase, no século XX, no sexo como prazer, refletida na exploração da literatura a respeito da forma de alcançar o prazer sexual, como evitar a frigidez, a ejaculação precoce, etc. [...].

Na perspectiva do autor, as mudanças que envolvem a heterossexualidade como uma instituição social são uma soma de todo o desenvolvimento que envolve a sexualidade, dentro da concepção de que as ideais sobre a diversidade sexual ganham sentido apenas em relação a uma norma estabelecida pela natureza. No entanto, algumas

[7] De acordo com Weeks (2022), é a prática sexual definida como perversão sexual que resulta da combinação de sadismo e masoquismo.
[8] Na literatura, o travestismo é definido como o hábito de adotar vestuários e comportamento usuais do sexo oposto.

pesquisadoras feministas argumentam que a heterossexualidade foi institucionalizada com o objetivo de atar as mulheres aos homens.

Outro ponto importante trazido por Week (2022, p. 81) foi que, "antes do século XIX, a 'homossexualidade' existia, mas o/a 'homossexual' não". Dessa forma Week (2022) debate em seus estudos que por mais que a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em tempos diferentes, sob diversas formas, aceita ou rejeitada conforme os costumes e a tradição social de cada sociedade, a identidade do homossexual só se desenvolveu nas sociedades industrializadas ocidentais. Ainda de acordo com Week (2022, p. 82), ao definir o "'sentimento sexual contrário', ou a existência de um terceiro gênero ou de gênero 'intermediário', [...] estavam tentando assinalar a descoberta ou o reconhecimento de um tipo distinto de pessoa, cuja essência sexual era significativamente diferente daquela do/da heterossexual", de modo que os/as pesquisadores/as da época criaram uma nova categoria de sexualidade para tentar explicar e descrever sujeitos de suas práticas médicas ou que participavam de suas vidas, a exemplo de amigos/as ou companheiros/as. Essa nova definição de categoria surgida no final do século XIX constituiu uma mudança significativa na definição de homossexualidade enquanto uma emergência pública e privada de política *gay*[9] e lésbica[10].

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, tanto a representação de ser *gay* como lésbica significavam uma transformação crítica do que constituía o ser sexual por representarem rupturas cruciais nos significados atribuídos às diferentes sexualidades. Isso sugere um avanço, visto que antes do século XIX, conforme Week (2022), por volta do ano 1.100, as relações sexuais fora do casamento eram proibidas, mas reguladas na forma de prostituição, de maneira que todas as formas que não fossem direcionadas para procriação eram tidas como pecaminosas, fossem elas entre homens e mulheres ou entre pessoas do mesmo sexo.

Nesse sentido, as discussões sobre gênero abrangem vários pontos a serem debatidos, de acordo com as mudanças sociais que envolvem a sociedade. Assim, um dos pontos que circundam esse processo de transição histórica são as formas que o discurso de poder se representa, em relação a representação de gênero, presentes na sociedade e no ambiente escolar. Dessa forma, se fez necessário conhecer opiniões e vivências dentro do espaço escolar sobre a representação de gênero na sociedade e na escola.

[9] Palavra utilizada para designar o sujeito homossexual (homem ou mulher).
[10] De acordo com a literatura, é uma mulher que sente amor ou atração sexual por outra mulher.

## Procedimentos Metodológicos

Buscamos vivenciar o processo de pesquisa, com aproximação com os/as participantes e a instituição, para que pudéssemos compreender o objeto em estudo e analisar com um olhar capaz de oferecer ao outro a oportunidade de revelar suas opiniões, visões e perspectivas sobre o cotidiano escolar. Nesse sentido, a comunicação, a convivência e o diálogo foram a base do processo de investigação.

A preocupação da investigação foi direcionada para os contextos atribuídos pelos sujeitos da pesquisa, visto que "a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Em um meio social específico [...]" (George Gaskell, 2002, p.68). Corroborando essa ideia, foi possível entender o modo como os/as estudantes e professores/as compreendem e interpretam sua realidade.

Dada a natureza do objeto em estudo, esta pesquisa de abordagem qualitativa insere-se no estudo de caso. Para Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2010, p. 274), "o estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano, sob todos os seus aspectos". Entre as várias classificações referentes ao estudo de caso, Lakatos e Marconi (2010, p. 274) apresentam a seguinte distinção: "Intrínsecos - representação de traços particulares; instrumentais - esclarecimentos de traços sobre algumas questões; coletivo - abordagem de vários fenômenos conjuntamente".

A partir da referida caracterização, identificamos este estudo de caso como instrumental, porque a pesquisadora teve a possibilidade de escolher uma escola para conduzir a investigação, em que o foco não foi a escola em si, mas os insights que o estudo pode trazer para o entendimento pelas formas de apropriações das representações pelos agentes escolares (Marli Eliza Dalmazo Afonso de André, 2008). Assim, o estudo visou à compreensão do espaço escolar, ocupado por estudantes e professores/as na rede municipal de Imperatriz, Maranhão, com foco direcionado para os "insights" que a escola ofereceu através do olhar, da escuta e de seus sujeitos.

Após a definição dos sujeitos da investigação, fomos em busca do lócus, considerando o seguinte critério: ser uma instituição municipal de Ensino Fundamental da cidade de Imperatriz que se caracterizasse pela ocorrência de casos de representação de preconceito ou discriminação de gênero entre estudantes. O processo de escolha do campo de pesquisa foi feito pela localidade da escola e por visita à instituição, já que ela

se enquadrava no critério de atendimento a estudantes que residem em bairros violentos e apresentava situações de preconceito de representação de gênero. Após conversa informal com a diretora, percebemos aceitação e interesse na realização da pesquisa.

A escolha dos/as estudantes seguiu os seguintes critérios: ser estudante de escola pública; estar cursando os anos finais do Ensino Fundamental, do 6° ao 9° ano; e fazer parte de um contexto de representação de preconceito ou discriminação de gênero no meio escolar. Os critérios foram estabelecidos com a finalidade de que os sujeitos da pesquisa pudessem apresentar suas opiniões, experiências e convivências baseadas em seu conhecimento e no seu cotidiano social e escolar. Dessa forma, inicialmente, foram selecionados doze estudantes, do 6° ao 9° ano, na faixa etária de 11 a 17 anos, entretanto, após algumas desistências, concluímos com nove participantes com a faixa etária de 13 a 17 anos.

A seleção dos/as professores/as seguiu os seguintes critérios: ser professor/a da rede municipal de ensino; desenvolver sua prática de ensino mediante o comportamento reprimido ou agressivo de estudantes; e ser responsável pelas disciplinas de Ciências, Religião, História, Artes, Língua Portuguesa e Geografia, por possibilitarem maior discussão sobre a temática de gênero em sala de aula. Tais critérios foram estabelecidos a fim de que os sujeitos da investigação pudessem apresentar suas experiências e convivências baseadas em seu arcabouço teórico e metodológico a partir de suas práticas pedagógicas, com capacidade de dialogar sobre as especificidades da representação da discriminação ou preconceito de gênero no meio escolar.

Assim, para responder o primeiro objetivo da pesquisa realizamos pesquisa bibliográfica com a finalidade de compreender o termo gênero em sua construção histórica e social. Para responder o segundo objetivo específico realizamos o grupo focal para compreender a percepção de estudantes sobre o assunto e para responder o terceiro objetivo específico realizamos entrevista semiestruturada com docentes para compreender a sua concepção sobre a representação de gênero no ambiente escolar.

A partir do que foi proposto, o trabalho de pesquisa teve uma abordagem qualitativa por meio do estudo de caso, em que foram adotadas as seguintes técnicas de construção de dados: grupo focal com os/as estudantes; e entrevista semiestruturada com professoras e professor.

O grupo focal é um debate, "uma troca de pontos de vista, ideias e experiências, embora expressas emocionalmente e sem lógica, mas sem privilegiar indivíduos particulares ou posições" (Gaskell, 2002, p. 79). Tal escolha se fundamentou, porque a

técnica propicia um contexto de escuta, de forma que os/as estudantes não se sentissem intimidados a falar, o que poderia acontecer em uma entrevista individual pelo tipo de interação estabelecida entre pesquisador/a e sujeitos da pesquisa. Para realizar o grupo focal, foi necessário um planejamento no qual foram considerados os seguintes elementos: tema, objetivos, questões orientadoras, imagens e duração, além dos/as participantes. No total, foram realizados doze[11] encontros com duração aproximada de vinte minutos. As sessões foram realizadas duas vezes por semana[12], na própria escola de pesquisa, em uma sala reservada para esse fim e gravadas com a permissão dos responsáveis pelos menores, dos participantes e da direção da escola. Ressalvamos que durante as sessões optamos por apresentar uma linguagem simples condizente com a idade dos/as participantes, inclusive na elaboração das perguntas que nortearam a discussão e nas imagens escolhidas como suporte em cada encontro do grupo focal.

Para Heloisa Szymanski (2011), a entrevista é considerada uma situação de interação humana, imbricada pela subjetividade dos/as participantes, por envolver percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações. Assim, as entrevistas com as professoras e o professor buscaram compreender suas perspectivas quanto à possibilidade de atuação da escola e ao seu conhecimento da função e prática pedagógica do/a professor/a. Apesar de utilizar um roteiro, percebemos que a entrevista não deveria ter uma estrutura fixa, uma vez que durante a sua realização apresentamos o baralho das discussões sociais e escolar de modo que as entrevistadas e o entrevistado poderiam trazer aspectos não previstos, mas relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

Para tanto, pudemos construir um texto com o propósito de revelar como as diferentes vozes interagem e interferem na representação de gênero, no meio escolar. Assim, se faz importante conhecermos a percepção de estudantes e docentes sobre a representação do preconceito de gênero no contexto social.

[11] Optamos por um número maior de encontros, devido ao tempo que nos foi disponibilizado dentro da escola, uma vez que os/as estudantes não podiam perder aula e não tinham autorização dos pais para participar da pesquisa fora da escola ou em horário distinto do de aula.

[12] Os dias da semana variavam de uma semana para a outra, assim como os horários das sessões, a fim de não atrapalhar o andamento das aulas e de não causar prejuízo de conteúdo e presença para os/as participantes.

## A percepção dos/as estudantes sobre a representação do preconceito de gênero na sociedade

Para garantir o anonimato de cada participante, eles e elas estão identificados por sua situação social na escola, seguida de uma numeração.

No que tange à percepção social sobre a representação de gênero, as falas dos/as participantes fizeram emergir três subcategorias de análises: o entendimento do conceito social[13] de gênero; o controle social; e o preconceito que permeia a sociedade. Todas elas estão articuladas com a forma como os/as estudantes percebem e expressam o seu entendimento e sua vivência sobre o preconceito de gênero no âmbito social.

Quando convidados a falar sobre gênero, os/as participantes ficaram bastante tímidos/as e, para a nossa surpresa, três meninas desistiram, talvez por não se sentirem bem ao falar sobre o assunto ou por sentirem-se incomodadas, de forma que o número de meninos se tornou maior que o de meninas, mas, mesmo assim, a participação delas possuía maior número de opiniões.

Sobre a fala dos/as estudantes participantes do grupo, ressaltamos que eles e elas possuem certo conhecimento sobre as discussões de gênero que permeiam a sociedade e buscaram construir uma definição do que seria o conceito social de gênero em sua concepção, conforme demonstram os relatos a seguir:

> Aquilo que você se identifica, tipo o meu gênero é feminino, o dele é masculino. A pessoa que escolhe o seu gênero não precisa ser o gênero que ele nasceu (Aluna 3).

> Gênero é uma coisa que vai mudando com o tempo, certo, de acordo com o tempo e com a cultura. Tipo, antigamente, os homens usavam roupas que eram vestidos, praticamente, hoje em dia, é malvisto, como também tem cultura que a mulher, né, ela é bem-vista, ela ser másculo, mas, na nossa cultura, não é bem-visto. Então, gênero é uma coisa que vai mudando de acordo com o tempo e com a cultura. Eu acredito que, tipo, gênero, até em outras áreas, tipo gênero literário, tem o terror, tem o romance, cada um tem suas características, certo, então, quando a gente nasce, o sexo feminino é do gênero feminino, então ao decorrer de nossa vida, é falar a mulher tem que ser de tal jeito. A mulher tem suas características e o homem tem suas características, mas eu acredito que hoje em dia o debate de gênero está sendo muito mudado, porque a gente não é um objeto, não é tipo, um gênero literário, a gente é um ser humano e ser humano é uma coisa fluída, uma coisa natural, gênero é uma coisa para limitar a gente de certa forma (Aluna 1).

[13] Usamos o termo conceito social, porque as falas dos/as participantes estão direcionadas a conceitos formados por conhecimentos sociais cotidianos.

Os depoimentos parecem revelar que o entendimento de gênero está ligado ao conceito padrão da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que buscam uma definição ligada ao corpo físico de identidade de cada pessoa, também surge a compreensão de que o conceito de gênero sofre mudanças de acordo com a sociedade, a cultura e tempo histórico. Contudo, vale ressaltar que, embora não mencionem claramente um conceito de gênero, fundamentado em aportes teóricos, as estudantes trazem pontos importantes para o entendimento do conceito social de gênero em um processo contínuo de transformações sociais que envolvem o ser humano nos aspectos cultural e histórico. No que sugere a primeira fala, gênero é uma questão de escolha por estar vinculado à construção da identidade da pessoa. A segunda participante já nos remete às características femininas e masculinas que envolvem essa escolha e esse processo de mudança por esse já ser biologicamente predefinido no nascer pela sociedade. Essas definições nos apontam o conceito social de gênero como algo histórico e performativo, que permanece numa relação conflituosa de aceitar o que é gênero enquanto um modo de configurar culturalmente um corpo que é aberto ao refazer a sua qualificação de vida e transformação das normas na significação da construção de uma identidade. De acordo com Scott (2019) o conceito de gênero exige um pensamento que defina as representações de mulheres e homens. Já, Judith Butler (2022), discute que para se fazer o conceito de gênero, é necessário desfazê-lo a partir do seu próprio "eu" e esse desfazer é parte do sentido desse "eu" e de sua compreensibilidade constituído em uma sociabilidade na qual o próprio "eu" não é totalmente autor por envolver um processo histórico e social.

Em relação aos aspectos de controle social, foi possível percebemos dois pontos centrais nas falas: igualdade de gênero e direitos femininos. Os depoimentos a seguir são referentes a esse aspecto:

> Porque uma pessoa baseada no sexo dela não tem nenhum lugar, ela vai viver de acordo com seus valores, com suas escolhas e com sua vida, seja na cozinha, sei lá, em uma empresa, em qualquer outro lugar, tanto homem como a mulher (Aluna 1).
>
> Ser tratada com igualdade, igual se trata um homem. Igualdade entre os dois (Aluno 5).
>
> Eu não acho que não devo fazer algo por ser mulher, mas, quando eu faço, muita gente critica. Porque acham que não tenho o direito de fazer isso, porque eu sou mulher. A sociedade quer que a gente seja controlada (Aluna 1).

Como observamos, as falas remetem à igualdade de gênero focada no binário mulher-homem. Estabelecem a igualdade entre ambos os gêneros, de forma a não privilegiar nenhum dos dois: "ela vai viver de acordo com seus valores, suas escolhas", igual se trata um homem. As opiniões trazem um recorte do que se espera da sociedade, entretanto não é a realidade, em relação à igualdade de gênero, que a mulher seja respeitada por seus valores, e não por sua condição biológica. Por um lado, a posição apresentada pode revelar uma mudança de opiniões das futuras gerações, quebrando décadas de distinção social entre os gêneros. Por outro, pode ser um reflexo de vivências próprias e daquilo que não querem mais para si mesmos/as, para suas mães e irmãs. De qualquer forma, não deixa de ser um novo reflexo de opiniões, novas visões, que cercam a sociedade e, portanto, a escola. De acordo com Louro (2014) e Scott (2019) essas mudanças visam visibilizar a figura feminina no contexto social, de modo a integrá-la em todas as instâncias da sociedade.

Entretanto, hooks (2022) debate que as mudanças no contexto social favorecem discussões importantes, contra a naturalização do pensamento de subordinação feminina. Assim, temos que ressaltar que, apesar das conquistas adquiridas nas últimas décadas sobre os direitos das mulheres, ainda há muitas a serem alcançadas, como traz a fala da participante "quando eu faço, muita gente crítica". Isso denota que a figura feminina ainda é subjugada à figura masculina, sendo essa uma forma de controle de poder social. Entendemos, na fala da estudante, que a figura do homem ganha um discurso de superioridade que percorre a educação feminina e, dessa forma, um gênero vai se sobrepondo ao outro por meio da educação em um contexto social. Michel Foucault (2014) nos explica que os nossos discursos podem adquirir uma tonalidade de verdade, podendo ser este exclusivo em um contexto histórico e social. Nesse aspecto, o autor retrata o caminho que o discurso pode seguir de acordo com a narrativa assumida pelo sujeito, ou seja, de acordo com a verdade que se busca e a relação de poder estabelecida.

É interessante notarmos que nesse momento da discussão as falas foram das meninas e somente um menino se posicionou sobre a igualdade de gênero. Os meninos mostraram bastante timidez durante as conversas, assim como algumas meninas, de maneira que poucas se expressavam com mais facilidade. O mesmo aconteceu ao se falar do preconceito social de gênero, quando apenas algumas meninas se posicionaram e colocaram suas opiniões e angústias, conforme relatos a seguir:

> Eu não acho que garotos são melhores do que garotas. Eu acho que os dois são quase a mesma coisa. Tipo, assim, tem garotos que se acham melhores que garotas, mas não concordo com isso (Aluna 1).
>
> Porque que considera a pessoa rodada, só porque ela fica com vários caras, só porque ela sai dando para todo mundo, mas é um problema exclusivo dela, isso não significa que ela seja rodada, se ela quiser dar para vinte em um dia só, ela tem direito (Aluna 3).
>
> Pois é, mas é uma frase muito machista, porque se fosse um homem no lugar da mulher, falariam, aí, pega muito, mas como é uma mulher, é considerado feio na visão dos homens (Aluna 1).
>
> Quando eu me identifico com o gênero masculino, mas alguém começa me chamar pelo gênero feminino (Aluna 3).
>
> Pra que ficar ofendendo a mulher só porque ela vai com um homem, ofendem muito a mulher e pouco os homens. Porque, normalmente, os homens acham que mulher é um alvo muito frágil e que podem insultar com mais facilidade. Porque não tem coragem de olhar pra outro homem e falar isso, porque sabe que vai rolar uma briga entre eles (Aluna 3).
>
> Viado é uma palavra ofensiva que remete a alguém, ao homossexual (Aluna 1).

No que concerne aos fatores do preconceito social, notamos que as falas não se remetem somente à figura da mulher, pois também foi trazida a pessoa homossexual. Percebemos que as diferenças de gêneros foram levantadas no que se refere à vontade da mulher e sua liberdade de ser mulher, que não é bem-vista pela sociedade e ela acaba sendo julgada por esta com constância. Uma participante traz a situação de igualdade entre os gêneros, mas, logo em seguida, relata que "tem garotos que se acham melhores do que garotas". É importante enfatizar que o preconceito pode ser estabelecido pela sobreposição de um gênero sobre o outro de forma a inferiorizar aquele considerado mais frágil pela sociedade. Weeks (2022), colabora por discutir que essa relação histórica de poder se fixa em sujeitos que são capazes de resistir, estabelecendo uma reação de violência e revolta pela ausência de liberdade. Outro ponto de debate trazido na fala das estudantes é o padrão do que é certo ou errado na visão social, "porque considera a pessoa rodada", "mas como é uma mulher, é considerado feio na visão do homem". São pontos trazidos nas falas que nos remetem a duas questões: o respeito social e o reconhecimento da figura feminina. Notemos que as falas são seguidas de certo desabafo por sua condição feminina na sociedade, pois ser mulher deveria remeter a uma simbologia de igualdade e concordância, entretanto é definido pelo que a sociedade vai achar das atitudes

consideradas ou não corretas, como forma de condução de sua vida sexual, seu comportamento perante os homens e a sociedade e sua forma de vestir-se. Nesse sentido, é possível supor que as estudantes têm clareza sobre o preconceito que atinge a mulher na sociedade. Para respaldar a discussão recorremos as palavras de Sarti (2004) que enfatiza que por não aceitarem a naturalização das relações de poder entre homem e mulher na sociedade, a mulher passou a ser vista em uma situação de conflito, pois em determinadas situações atitudes femininas podem ser vistas como uma transgressão, por serem consideradas função masculina.

Outro ponto discutido foi o preconceito contra homossexuais na identificação e nomeação de forma pejorativa (viado) para tratar a pessoa homossexual. A identificação apontada na fala da estudante nos remete à escolha do gênero social pela pessoa, diferente daquele de seu nascimento. Corroborando a ideia, buscamos as palavras de Guacira Lopes Louro (2008) que enfatiza que ser homem ou mulher é um processo que se constitui em um âmbito cultural. Nessa perspectiva, a não aceitação do gênero de outro ser humano se caracteriza como preconceito e negação de uma identidade. Assim, a estudante faz uma relação entre o gênero social e o biológico para caracterizar o preconceito e a discriminação. É importante enfatizar que a Aluna 1 frisa que "viado" é uma palavra ofensiva que se remete de forma pejorativa à pessoa do homossexual.

É possível notarmos nas opiniões que a questão do preconceito de gênero e, também de sexualidade já foi naturalizada pelos discursos sociais, pois certas palavras já estão relacionadas à pessoa homossexual, assim como certos comportamentos já estão direcionados à desvalorização da mulher no âmbito social. Nesse sentido, se faz necessário conhecermos a concepção de docentes sobre o preconceito de gênero no contexto escolar.

## A representação do preconceito de gênero no espaço escolar: concepções de docentes de uma escola pública

Na tentativa de compreender quais são as concepções que permeiam os seus conhecimentos sobre a representação do preconceito de gênero, questionamos os/as profissionais sobre os seguintes temas: gênero, sexualidade, preconceito e discriminação. As falas evidenciam que, no entendimento sobre essa representação, ele e elas não possuem um consenso em relação ao assunto e utilizam-se de saberes advindos do

conhecimento sócio empírico e religioso do que propriamente dos aportes teóricos que versam sobre a temática.

O que as professoras e o professor entendem sobre gênero e sexualidade foi a questão que inicialmente norteou a reflexão. A diversidade de opiniões evidencia que não há na instituição a preocupação em refletir sobre as especificidades que envolvem a temática com fins de discussão em sala de aula ou de preparação do/a professor/a, uma vez que em suas respostas, ele e elas apresentaram incerteza e um conhecimento sem aprofundamento teórico, orientando o entendimento de cada participante.

A Professora 1 apresenta um olhar direcionado às diferenças de gêneros focado nas características que, para ela, representam o coletivo social. Nesse sentido, ela destaca:

> Bom. Sexualidade, no meu sentido, é a diferença de gênero que se torna a diferença entre masculino e feminino e a questão de gênero que é a questão da escolha, no meu sentido. É uma escolha da sua referência como o masculino e o feminino (Professora 1).

Ao que parece, a professora apresenta uma visão direcionada à sexualidade que reforça questões das diferenças de gênero. Sobre essa concepção, Berenice Bento (2011) destaca que a escola é a principal detentora das normas de gênero e reprodução da heterossexualidade, tornando-se incapaz de lidar com as diferenças e a pluralidade que compõem o meio socioeducacional. Corroborando com essa ideia, Michel Foucault (2022) defende que a visão de neutralidade das diferenças de sexualidade aparece como um ponto de passagem das relações de poder entre homem e mulher, pais e filhos, educadores e estudantes, pois, nas relações de poder, a sexualidade se torna um instrumento de articulação nas mais variadas estratégias sociais referentes a todas as manifestações de ideias concernentes aos gêneros e às classes sociais. Portanto, a visão de diferença não está somente relacionada às diferenças biológicas e de gênero ou à construção da identidade social do sujeito, mas a todo um discurso de poder que predomina na sociedade se manifestando na legitimidade de um discurso de neutralidade da diversidade, inclusive no meio escolar.

Já a Professora 2 apresenta um olhar diferente sobre o entendimento de gênero e sexualidade, demonstrando uma mudança de sua própria visão ao considerar que pode não ser uma questão de escolha, mas algo que já faça parte do ser humano:

> O meu entendimento, por muito tempo, eu achei que fosse algo de escolha, mas como a gente lida com adolescentes, crianças, jovens e a

> gente vê percepções já desde crianças, né, sinais, eu acho que é algo que a pessoa já geneticamente traz consigo (Professora 2).

Diferentemente da Professora 1, o discurso da Professora 2 transmite a ideia de sua vivência no campo escolar, por meio da observação da representação de seus/ suas estudantes, ou seja, a forma como se identificam e se expressam nesse meio. Essa perspectiva remete a Vera Maria Candau (2020) que intensifica a necessidade de o/a professor/a trazer o alargamento da temática das diferenças no processo de ensino e aprendizagem, com o fim de contribuir com um cotidiano escolar que trabalhe de modo positivo um diálogo entre os diferentes sujeitos socioculturais presentes no ambiente educativo. O destaque dado à percepção da professora, "eu acho que é algo da pessoa", de compreender as características do/a estudante corrobora o trabalho do/a professor/a por levantar a importância de se considerar a formação da identidade da criança e do/a adolescente na escola. Vale salientar que tal postura exige da professora uma atitude aberta e flexível, a partir da escuta e observação da criança ou jovem, compreendendo sua função pedagógica e social dentro de um espaço reprodutor de diferentes identidades, como a escola.

A Professora 3 traz uma concepção de respeito no que se refere à identidade de gênero. A afirmação da professora de que "todos têm que saber o que quer da vida e caminhos que deve seguir" reforça o direito de igualdade perante a figura de Deus e sociedade:

> Eu entendo que sempre devemos respeitar os gêneros e sexo de cada pessoa, porque somos todos iguais perante Deus e todos têm que saber o que quer da vida e caminho que deve seguir (Professora 3).

Ao que parece, a professora demonstra um entendimento de concepções religiosas em perspectivas de igualdade e respeito, focando seus conhecimentos em pontos gerais, sem direcionar ao seu campo de trabalho. A professora deixa clara a visão otimista de respeito e igualdade que se espera da humanidade em relação à aceitação das diferentes identidades de gênero. Nesse sentido, Butler (2022) salienta que a humanidade traz uma crítica à masculinidade por formular compreensões de que aquele que não é homem em seu sentido masculino também não é humano, trazendo uma percepção de que a masculinidade e a heterossexualidade fortalecem a noção de humanidade. Assim, a noção de vida distingue o humano ao que não é considerado humano na sociedade por formulações que mostram os diferenciais de poder embutidos nas concepções de respeito

e na construção da hierarquia humana, que se categoriza operando pela exclusão das minorias e suas significações.

O Professor 4 apresenta uma visão direcionada às polêmicas vivenciadas no país em relação às discussões que envolvem a temática, destacando a perspectiva de mudanças pelas discussões ocorridas dentro da escola sobre o assunto sexualidade. Notamos que em seu discurso o professor não citou a palavra gênero, focando as questões de sexualidade, conforme destacamos:

> Olha! Eu acho que ainda é um assunto muito polêmico aqui no nosso país. O nosso país ainda tem muita dificuldade em discutir esse tema, mas eu acho que ele já deve ser divulgado, gradativo, dentro das escolas, porque, né, porque é interessante que essa geração comece a ter um perfil diferente sobre as questões de sexualidade (Professor 4).

O destaque dado pelo professor, "divulgado, gradativo, dentro das escolas", mostra a importância da escola no processo de constituição de diferentes visões sobre a diversidade sexual que compõem a nossa sociedade. Entretanto, o professor apresenta a preocupação em relação ao processo de desenvolvimento das discussões e divulgação no espaço escolar pelas polêmicas e significações que constituem a sociedade de nosso país. Para Candau (2020), o/a professor/a deve construir uma prática que favoreça o diálogo e inclua todas as formas de representação sociocultural presentes no processo educativo. Já Bento (2011) aponta que a escola é um espaço apropriado para se discutir as diversidades e fazer a diferença.

O discurso do professor também retrata uma preocupação que faz parte do trabalho docente, pois a sociedade escolar é composta por diferentes visões e concepções religiosas e sociais de forma que a instituição, buscando não contrariar determinado grupo, acaba por tornar-se neutra nas discussões existentes na sociedade e no que se refere a sua função social de educação. Salientamos que iniciar as discussões sobre a identidade de gênero é um ponto de partida para compreender as diferentes formas de representação dentro da escola e saber trabalhar para contornar o comportamento agressivo e sanar atitudes de preconceito e discriminação no meio escolar.

Ao refletimos sobre a visão de preconceito que permeia a opinião das professoras e do professor, foi questionado sobre o seu entendimento em relação ao preconceito de gênero e à discriminação de sexualidade. Os resultados apontam para a aceitação de uma escolha do outro e do reconhecimento do julgamento preconceituoso que assola a

sociedade, de forma que os discursos não se referem à identidade social do indivíduo, mas às consequências da atuação dessa identidade.

A maioria das falas não especifica o campo escolar, trazendo um olhar geral para os depoimentos. Isso pode ser observado nos relatos a seguir:

> Bom, a questão do preconceito, eu entendo como a não aceitação da escolha do outro em querer se caracterizar ou querer se definir dentro do contexto masculino ou feminino, em se considerar uma mulher ou se considerar um homem independente de seu sexo, de seus órgãos genitais, né, de fato (Professora 1).
>
> É você não aceitar a pessoa que escolhe nascer em uma determinada opção sexual e optar por outra, você não aceitar, achar que é algo de escolha, que é, e não é algo, muita das vezes até psicológico, porque, muitas das vezes, a pessoa acha que é uma opção que a pessoa quer viver aquilo ali, mas, muita das vezes, a pessoa já tem uma mentalidade física e biológica para se adaptar a outro sexo (Professora 2).

A Professora 1 deixa claro que sua compreensão de preconceito se direciona a não aceitação do outro por sua identidade sexual e à forma de se apresentar na sociedade, reforçando as diferenças "em querer se caracterizar ou querer se definir dentro do contexto masculino ou feminino". Butler (2022) reflete que a distinção entre as predisposições pode narrar e reproduzir as diferenças entre uma heterossexualidade considerada legítima e uma homossexualidade considerada ilegítima, de modo que o tabu divide o mundo da escolha sexual em categorias sexuais permitidas e proibidas. Corroborando com autora, Weeks (2022), destaca que as diferenças ao serem consideradas, permitem respostas e políticas sociais diferentes dos discursos recorrentes, buscando romper com os padrões dominantes masculinos.

Nesse sentido, a professora traz uma visão de preconceito vinculada à identidade sexual: "considerar uma mulher ou se considerar um homem independente de seu sexo, de seus órgãos genitais". O discurso da professora reforça, mais uma vez, que a quebra de um padrão estabelecido pode gerar um conflito na sociedade por fugir do poderio de um discurso que se reflete nas esferas sociais, de maneira a suprimir a pessoa homossexual em sua condição humana.

Por seu turno, a Professora 2 também apresenta uma fala direcionada à não aceitação da pessoa homossexual pela sociedade, entretanto ela apresenta uma motivação distinta de preconceito, a de uma visão popular que procura uma resposta para explicar a existência da pessoa homossexual. É possível notar que as falas das professoras se

justificam pelo conhecimento adquirido da sociedade e da visão adotada por esta, de forma que se torna visível a dificuldade de debater as questões que envolvem gênero e sexualidade, apresentando, assim, suas próprias concepções e entendimento para discutir e enfrentar determinados temas.

Em sua fala, a Professora 3 reforça sua concepção de igualdade a partir da visão de religião em relação ao preconceito de gênero e sexualidade, explicitando a sua atuação como professora contra a disseminação do preconceito dentro da escola. Por seu turno, aparentemente, o Professor 4 traz uma visão diferenciada, especificando que cada ato tem sua consequência, de modo que cada indivíduo deve ser livre para viver da forma com que se identifica e acha correta.

> É a pessoa ter preconceito contra os *gays*, lésbicas, né. Eu acho isso totalmente errado. Eu sempre falo para os meus alunos: "Temos que respeitar todos. Nós somos todos iguais perante Deus" (Professora 3).
>
> O preconceito de gênero é quando eu acho que a escolha do outro tá errada. Só vejo erro do lado dele. Da sexualidade, eu acho que ela tem que ser livre e cada uma que abrace a causa, a forma que você acha que deve existir no meio da sociedade (Professor 4).

A Professora 3 reforça o discurso de respeito com base na figura de Deus, entretanto justifica que acha errado atos de preconceito contra pessoas homossexuais. A professora traz uma linguagem popular para identificar a pessoa homossexual, em seu discurso: "*gays*, lésbicas", mas não apresenta quais seriam as atitudes consideradas preconceituosas em sua visão. Com outro ponto de vista, o Professor 4 ressalta a questão do julgamento social sobre a forma como o outro se identifica na sociedade no que se refere ao gênero e sobre a liberdade que cada um deve ter sobre a sua sexualidade. A visão de preconceito do professor, diferentemente das demais professoras, está direcionada à quebra da liberdade do ser humano devido à sua identidade de gênero e sexualidade. Aos recorremos as palavras de Louro (2022), notamos que à medida que a identidade de gênero e sexualidade ganham evidências, os corpos deixam de ser vistos como uma questão privativa para ser visto como uma questão social e política, sofrendo alterações de acordo com o desejo de mudanças ocorridos devido ao próprio tempo.

Nesse sentido, Butler (2022) afirma que a sexualidade é livre e selvagem e, por esse motivo, não pode ser reduzida a uma operação do poder regulatório nem aprisionada a um campo de constrangimento, pois a sexualidade se torna uma das formas pelas quais as significações culturais são transformadas. É importante ressaltar que esses

pensamentos sobre o poder regulatório da sociedade e de significações culturais acabam por ingressar na prática do/a professor/a, contribuindo com a precarização de experiências de vidas ou com sua revitalização, dependendo da postura que se apresenta em sala de aula sobre a representação do preconceito de gênero.

## Considerações Finais

As percepções apresentadas sobre a representação do preconceito de gênero em uma instância social e educacional demonstram uma preocupação entrelaçada a um discurso de poder que não está somente na escola, mas na sociedade. Portanto, as projeções de suas palavras estão direcionadas as suas experiências e vivências como estudantes, professoras/o e seres sociais.

Durante os encontros do grupo focal, os/as estudantes revelaram que a representação de gênero na sociedade é resultado de controle social e de um discurso de preconceito que permeia a sociedade. Assim, podemos constatar que o entendimento deles e delas se formaliza segundo um conhecimento adquirido pelo convívio com diferentes grupos sociais, sem aprofundamento de aportes teóricos. Portanto, voltamos à questão da necessidade de a escola trabalhar as discussões de gênero e, também de sexualidade para que os/as estudantes passem da superficialidade das discussões para significações científicas.

As entrevistas com as professoras e o professor foi uma forma de compreendemos a sua função em meio à representação do preconceito de gênero na escola a partir da visão de sociedade. Assim, chegamos ao entendimento de que o trabalho do/a professor/a envolve uma contextura social maior que a sua própria compreensão dentro da escola de pesquisa, uma vez que as dimensões sociais são pontos presentes nesse âmbito, que não podem nem devem ser ignoradas. Desse modo, a função do/a professor/a torna-se neutra e imparcial diante das concepções de preconceito e discriminação preconcebidas em suas opiniões e de seus/suas estudantes.

Nesse sentido, é necessária a criação de políticas públicas e de projetos municipais que contribuam com essas discussões, possibilitando mudança nas representações de preconceitos e discriminações de gênero no meio escolar. A criação de políticas públicas que abranjam essas discussões seria o primeiro passo para constituição de novas reflexões no âmbito escolar, e a elaboração de projetos pelo município poderia propiciar uma formação continuada aos/as professores/as para que entendam e saibam debater as

questões de gênero, preconceito e discriminação com conhecimento científico, de modo que contribuiriam com uma nova concepção e representação dos/as estudantes no campo escolar.

Por fim, se tornaria importante que as discussões sobre a representação de gênero já fizessem parte do PPP da escola. Também levantamos a relevância de a escola possuir um projeto que inclua a sua comunidade nas discussões, bem como trazer no projeto meios de discutir o assunto em sala de aula com a participação de estudantes e professore/as.

## Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional*. Brasília: Líber Livro, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Dossiê gênero e sexualidade no Espaço Escolar. *Estudos Feministas*. vol. 19, nº. 2 Florianópolis, maio/ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/? format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: UNESP, 2022.

CANDAU, Vera Maria. Didática novamente em questão: fazeres-saberes pedagógicos em diálogos, insurgências e políticas. *In*: CANDAU, Vera Maria; CRUZ, Giseli Barreto da; FERNANDES, Claudia. (ORG). *Didática e fazeres pedagógicos*: diálogos, insurgências e políticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p.33-45.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-feminismos. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. *Dicionário Crítico de Gênero*. 2 ed. Dourados, MS: UFGD, 2019. p. 244-248.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1* – a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). *Pesquisa qualitativa com texto*: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 64-89.

HOOKS, bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.p. 143-156.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6. ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23 - maio/ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista.16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 7-42.

MACHADO, Gabriella Eldereti. *Imaginário social e formação continuada*: o olhar para as discussões de gênero, etnia e diversidade sexual. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. RS, 2018.

SARTI, Cyntia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970*: revisitando uma trajetória. Florianópolis. Revista Estudos Feministas. v. 12, n 2, p. 35-50, maio-ago., 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-81.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. SZYMANSKI, Heloisa (Org.). *A entrevista na pesquisa em educação*: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro Editora, 2011. p. 9-64.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.p. 43-104.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em janeiro de 2026.